



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Núcleo de Apoio Regional Pouso Alegre

Parecer nº 41/IEF/NAR POUSO ALEGRE/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0025035/2021-60

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: VECCON POUSO ALEGRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	CPF/CNPJ: 19.902.02/0001-02
Endereço: ESTRADA MUNICIPAL TEODOR CONDIEV, 970	Bairro: JARDIM MARCISSOLO
Município: SUMARÉ	UF: SP
Telefone: (35)3421-4590	CEP: 13171-105
E-mail: yasmim@mgambiental.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Imóvel Canta Galo	Área Total (ha): 44,157
Registro nº: 104.886	Município/UF: Pouso Alegre/MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):

Não se aplica

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,4284	ha
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	08	un

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,4284	ha	401.583	7.545.519
			401.686	7.545.619
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	08	un	407.381	7.549.727

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Infraestrutura	Loteamento	0,4284

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Área antropizada / pastagem	Não se aplica	0,4284

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa	Espécies diversas	7,7273	m³
Madeira de floresta nativa	Espécies diversas	2,8558	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 26/04/2021

Data da vistoria: 12/05/2021

Data de emissão do parecer técnico: 18/05/2021

Trata-se de processo para obtenção de Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental - DAIA, visando a instalação de acessos e dissipadores de energia em árvores isoladas, em área urbana, município de Pouso Alegre/MG, onde foi observado em campo que no local solicitado para os acessos, considerado APP, empreendimento foi enquadrado no sistema de licenciamento ambiental em LAS Cadastro.

2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar o requerimento para Intervenção Ambiental em APP sem supressão de vegetação nativa em área de 0,4284 ha visando a conexão energética e supressão de 08 indivíduos arbóreos isolados para fins de loteamento em nome de Veccon Pouso Alegre Empreendimentos Imobiliários Ltda, em área urbana em conformidade com os padrões técnicos e legais vigentes.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**3.1. Imóvel:**

A propriedade onde ocorrerá a intervenção em área de preservação permanente e a supressão de árvores nativas isoladas, está localizada no bairro Santa Galo, área encontra-se registrada no Cartório de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre, sob número 88.407 no livro 2, folha 01. O imóvel é de propriedade da empresa Imobiliários LTDA.

3.2. Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro:

- Área total:

- Área de reserva legal:

- Área de preservação permanente:

- Área de uso antrópico consolidado:

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

() A área está preservada:

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Não se aplica

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

() Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Não se aplica

- Parecer sobre o CAR:

Não se aplica

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

É requerida autorização para Intervenção Ambiental em uma área de 00,4284 ha visando a intervenção em APP sem supressão de cobertura vegetal nativa, para energia e a supressão de 08 indivíduos arbóreos isolados, com a finalidade de implantação de loteamento em área urbana do município de Pouso Alegre, conforme Foi constatado que não ocorrerá supressão de vegetação nativa de porte arbustivo ou arbóreo no local da intervenção.

Cabe ressaltar que a faixa de APP da nascente na propriedade é de 50 m de raio e a app do Córrego sem denominação (S/D) na propriedade é de 30 (trinta) metros, Lei Estadual 20.922/2013.

A Área de Preservação Permanente, presente na propriedade é recoberta por vegetação nativa de porte herbáceo, típica de área úmida, não está isolada por cercas domésticas de médio e grande porte pastando no local.

Na APP deverão ser construídas acessos, para trânsito de veículos e de pedestres, ligando as duas quadras do loteamento e dissipadores de energia da drenagem

Taxa de Expediente: R\$ 493,00 - pagamento em 15/04/2021

Taxa florestal: R\$ 42,67 (lenha) - pagamento em 15/04/2021

R\$ 105,31 (madeira) - pagamento em 16/04/2021

4.1. Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversidade: Baixa

- Unidade de conservação: Não faz parte de nenhuma unidade de conservação

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não faz parte de nenhuma área indígena ou quilombola.

- Outras restrições: nenhuma

4.2. Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Loteamento de solo urbano, exceto distritos industriais e similares

- Atividades licenciadas: Sim

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: LAS Cadastro

- Número do documento: 38546/2018

4.3. Vistoria realizada:

- Foi realizada vistoria técnica, na data de 12/05/2021, acompanhada por representante do empreendimento, no trecho onde está prevista a implantação de ac ocupação do solo e natureza das intervenções pretendidas. Foi verificado que a área solicitada para a intervenção encontra-se coberta por gramínea e espé espécimes isolados nativos solicitados para a supressão e identificados são: 2 (dois) espécimes de Jacarandá-do-mato (*Machaerium villosum*), 1 (um) espécime de espécimes de Coração-de-bugre (*Pera glabata*) e 2 (dois) espécime de Mamica-de-porca (*zanthoxylum rhoifolium*). Não foi identificado nenhum espécime protegido
- Verificou-se também a área apresentada para a compensação pelas intervenções. O PTRF da compensação será executado em 4 glebas na área de preserva propriedade da intervenção, afluente do Ribeirão dos Afonsos, que por sua vez é afluente do Rio Cervo, afluente do Rio Sapucaí, sob coordenadas E=401.483 e N= N=7.545.479 (gleba 2 - 0,2422 ha), E=401.592 e N=7.545.523 (gleba 3 - 0,1004 ha) e E=401.656 e N=7.545.643 (gleba 4 - 0,0918 ha) - UTM, Datum SIRGAS 2000 e Zc
- Serão plantadas quatro glebas, que somam uma área total de 0,6175 ha. que estão localizados ao longo da Área de Preservação Permanente do córrego que corti se desprovida de vegetação florestal, tendo como cobertura vegetal composta por herbáceas e por espécies arbustivas. Nessa área, será possível executar o planti de espécies nativas.
- Atendendo aos requisitos do Decreto 47.749/2019, descritos em seu Art. 75, para a compensação pela intervenção ambiental foi apresentada a recuperação de propriedade.

4.3.1. Características físicas:

- Topografia: topografia levemente inclinada

- Solo: no local onde está inserido o empreendimento predomina o tipo de solo denominado de PVAd Argissolo Vermelho Amarelo Distrófico típico (PVAd subtropical).

- Hidrografia: no local existe uma nascente formadora de um Córrego S/D, afluente do Ribeirão dos Afonsos, que por sua vez deságua no Rio Cervo, que está inse acordo com o Comitê de Bacia Hidrográfica do IGAM o Rio Sapucaí que integra a bacia do Rio Grande correspondente à UPGH GD5

4.3.2. Características biológicas:

- Vegetação: A área onde será implantado o empreendimento e onde ocorrerá a intervenção, possui a sua maior parte composta por vegetação de gramíneas, p dispostos de forma isolada nas áreas mais altas da propriedade. Alguns deverão ser suprimidos e outros serão mantidos após a implantação do empreendimento, área de pastagem. Na parte baixa da propriedade, existe uma mina e um pequeno curso d'água localizada no centro da propriedade. Na área de preservação peri de gramíneas como a Braquiaria (*Brachiaria decumbens*) e Capim-rabo-de-burro (*Andropogon bicornis*), também encontramos em bastante quantidade lírios-de uma área de vegetação que pode ser classificada como em estágio inicial de regeneração

- Fauna: Segundo o PUP apresentado para conhecimento da fauna ocorrente na área do empreendimento, foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalho A fim de listar as espécies que possam vir a ocorrer na área diretamente afetada pelo empreendimento. Após consulta aos bibliográfica aos trabalhos realiz características ambientais, foram levantadas 27 espécies de Aves para a área do empreendimento. Compondo 19 famílias e 10 ordens, segundo a taxionomia Ornitológicos em agosto de 2009. A maioria das espécies foram registradas em um pequeno fragmento de mata nas margens do curso d'água e áreas de pastagem diretamente afetada pelo empreendimento visto que a mesma possui cobertura vegetal herbácea. Após a conclusão dos estudos de levantamento da fauna silve: pode-se concluir que a classe de animais que mais ocorre, trata-se de espécies de avifauna, além de outros pequenos animais como répteis e anfíbios. Não foi empreendimento, nenhuma espécie de animal integrante da lista de espécies da fauna ameaçado de extinção.

4.4. Alternativa técnica e locacional:

Segundo informações do requerente, a implantação da referida via de tráfego de veículos, se segundo as diretrizes urbanas para implantação de loteamento determinam que as vias internas de loteamento deverão possuir distância de cerca 300m entre qua partes do loteamento haverá uma ligação a montante da nascente e também será necessária outra ligação a jusante da mesma, a qual irá atravessar o córre Este acesso ficará a uma de distância de 349,3m da primeira via de ligação. Que foi o local escolhido por possuir menor quantidade de vegetação.

Diante do exposto e observado in loco, concluiu-se que, a melhor alternativa técnica e locacional que atende aos critérios acima informados, resultou no projeto da

5. ANÁLISE TÉCNICA

Em análise técnica à requisição de autorização para Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de preservação permanente – APP 0,428 isoladas nativas vivas - 8 un , junto aos autos do processo, foram verificados a localização da área de compensação ambiental, planta topográfica e PUP, usani IDE/SISEMA, Google Earth Pro entre outras.

Em análise ao PUP constatou-se que as informações ali constantes correspondem à realidade de campo, sendo caracterizados adequadamente o remanescente de preservação permanente e calculo do rendimento lenhoso da intervenção.

A atividade a ser desenvolvida é caracterizada como Utilidade Pública, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual n. 20.922/2013.

O rendimento lenhoso das espécies nativas fora estimado em 7,7273 m³ de lenha nativa e 2,8558 m³ de madeira nativa com o corte dos espécimes arbóreos: Utilização Pretendida apresentado, tendo sido recolhidas as taxas de expediente e florestal, conforme comprovantes acostados ao processo.

A planta topográfica representa a realidade atual do empreendimento, tendo sido elabora no DATUM SIRGAS 2000 e as coordenadas geográficas ali indicadas, fora satisfatórias.

Em áreas com intervenções ambientais em APP o PUP é um estudo técnico essencial para o correto e adequado embasamento das decisões do órgão ambiental IEF

Em análise ao PUP apresentado nos autos, nota-se diversas informações técnicas que validam a viabilidade ambiental ao deferimento da intervenção ora pretendi alternativa técnica e locacional, medida compensatória, as quais estão em consonância à Legislação vigente:

- Lei n.º 12.651, de 25/05/2012, que institui o Novo Código Florestal Nacional e dispõe sobre as intervenções de utilidade pública, interesse social ou baixo impac com ou sem supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente;
- Lei Florestal Estadual n.º 20.922 de 16/10/2013, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no estado de Minas Gerais;
- Decreto 47.749, de 11/11/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de M
- Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3.022, de 19/11/2020, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Mini
- Deliberação Normativa COPAM nº. 236 de 02/12/2019 que dispõe sobre as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em APP.
- Resolução CONAMA nº. 392 de 25/07/2007, que trata da definição de vegetação primária e secundária de regeneração do Bioma Mata Atlântica.

São coordenadas geográficas (UTM) de referência da área de compensação ambiental: E = 429.476m e N = 7.548.403m (Datum SIRGAS 2000).

5.1. Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os principais impactos diretos sobre a biodiversidade, a serem causados para a implantação do empreendimento na área requerida correspondem aos seguintes:

- Diminuição da diversidade florística, devido à retirada das árvores e perda de árvores porta-sementes.

Medida(s) Mitigadora(s): Realizar a colheita de sementes das árvores que se encontram em época de frutificação a serem suprimidas e encaminhar para viveiros e Delimitação da área de trabalho para que a supressão seja somente no local delimitado, assim não intervindo em outro local desnecessariamente.

- Destruição de ninhos e/ou abrigos de fauna.

Medida(s) Mitigadora(s): Somente realizar o corte dos indivíduos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho, realizar o corte reprodutivo da espécie; - Afugentamento da fauna no local de trabalho e possível resgate; - Antes de iniciar trabalho de supressão deverá ser realizada vistoria no ou tocas, bem como proceder a prévio afugentamento da fauna no local de supressão vegetal.

- Contaminação do solo produzido pela má condução do equipamento de corte, derramamento de óleos e e graxas oriundas do maquinário e descarte incorreto de

Medida(s) Mitigadora(s): Utilizar condutores bem treinados, realizar a manutenção e calibragem do maquinário, coleta e disposição do lixo produzido; - Utilização ocorra vazamentos de óleo no local, além de poluição atmosférica entre outros.

- Erosão do solo devido a retirada da cobertura vegetal.

Medida(s) Mitigadora(s): - Implantação de bacias de acumulação e retenção de águas pluviais e partículas sólidas de solo que são carregadas pelas águas pluviais; - R gramíneas, a fim de evitar erosão e carregamento de partículas sólidas para o leito do córrego.

- Poluição Hídrica causada pelo desbarrancamento da margem córrego, derramamento de óleos e graxas oriundas do maquinário,

Medida(s) Mitigadora(s): Realizar manutenção e calibragem do maquinário; - Coleta e disposição do lixo produzido de forma correta e deposição do material inerte

- Poluição Sonora produzida pelo motor do maquinário.

Medida(s) Mitigadora(s): - Execução dos trabalhos no período diurno evitando que o ruído dos equipamentos prejudique o repouso de animais diurnos existentes n

6. CONTROLE PROCESSUAL

054/2021

6.1 Relatório

Foi requerida a autorização para as seguintes intervenções ambientais: a) Intervenção em área considerada de preservação permanente, sem supressão de vegetação, árvores isoladas nativas vivas. As intervenções visam a instalação de acessos e dissipadores de energia para viabilizar a implantação de um loteamento urbano, já em "Galo", localizado no Município e Comarca de Pouso Alegre/MG, onde está matriculada junto ao CRI sob o nº 104.886.

Verificados os recolhimentos das Taxas de Expediente, Taxas Florestais e Reposição Florestal (Docs. 28510624, 28510625, 28510626, 28510628 e 29791988).

O empreendimento foi enquadrado na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado LAS/Cadastro (Parecer, item 4.2).

É o relatório, passo à análise.

6.2 Análise

Trata-se de pedido de autorização para intervenção em área de preservação permanente (APP) sem supressão de vegetação, visando as seguintes intervenções: a) interligando os dois lados do loteamento para deslocamento dos futuros moradores; b) uma via de travessia de pedestres que ligará as duas áreas de propriedade; c) construção de dissipadores de energia hidráulica que fazem parte do sistema de drenagem pluvial do empreendimento. Foi requerida, também, o empreendimento, localizadas em áreas destinadas à implantação de ruas do loteamento (Doc. 29411362 - PUP, pg. 6/8).

No mérito, a Lei Estadual 20.922 de 16 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, considera, em seu art. 3º, inciso II, a utilidade pública, senão vejamos:

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - de utilidade pública:

(...)

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a cascalho;

(...)

O mesmo diploma legal, em seu art. 3º, II, e, considera a captação de água como sendo de interesse social em seu art. 3º, conforme dispositivo legal a seguir:

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

II - de interesse social:

(...)

e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam de utilidade pública;

(...)

A mesma Lei, em seu art. 12, permite as intervenções em Área de Preservação Permanente em casos de utilidade pública e interesse social, a saber:

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou de preservação ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

Por sua vez, o Decreto Estadual nº 47.749/2019, o qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado, estabelece que: "A intervenção ambiental em APP somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais, desde que comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional."

O mesmo diploma legal regulamentador, em seu art. 3º, incisos II e IV, elenca como intervenções ambientais, as seguintes: "Intervenção, com ou sem supressão de vegetação, em Área de Preservação Permanente - APP" e "corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas."

Ainda, o mesmo Decreto, em seu art. 1º, define que "as intervenções ambientais previstas neste decreto, em áreas de domínio público ou privado, dependerão de autorização do órgão ambiental competente".

6.2.1 Do Corte de Árvores Isoladas Nativas

Quanto ao pedido para o corte dos espécimes arbóreos nativos isolados vivos, o gestor do processo, técnico do IEF, é favorável à supressão, não sendo constatado qualquer ameaça de extinção, sendo portanto permitido o corte.

Salienta-se que o requerente, a despeito da inexistência legal de se compensar o corte de árvores isoladas não protegidas por Lei, nem ameaçadas de extinção, ofereceu compensatória ambiental mediante o plantio de 25 mudas por cada espécime suprimido, nos moldes quantitativos máximos previstos no art. 73 do Decreto nº 47.749/2019.

6.2.2 Da Compensação Ambiental pela Intervenção em APP

As intervenções em APP, com ou sem supressão de vegetação nativa, ficam condicionadas à medida compensatória ambiental previstas na Resolução CONAMA nº 369/06. A proposta para a compensação ambiental pelas intervenções em Área de Preservação Permanente, ora em análise, está prevista no art. 5º, §2º, da Resolução CONAMA nº 369/06, abaixo:

Art. 5º O órgão ambiental competente estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação nativa, medidas compensatórias, previstas no §4º, do art. 4º, da Lei nº 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente.

(...)

§2º As medidas de caráter compensatório de que trata este artigo consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ser adotadas prioritariamente:

I - na área de influência do empreendimento, ou

II - nas cabeceiras dos rios.

Por sua vez, o art. 75 do Decreto Estadual 47.749/19, ao regular o instituto da compensação ambiental pela intervenção em APP no Estado de Minas Gerais, preconiza as seguintes formas:

Art. 75. O cumprimento da compensação definida no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, por intervenção em APP, será realizado nas seguintes formas:

I - recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios;

Por sua vez, o art. 76 do referido diploma legal exige os seguintes documentos:

Art. 76 – A proposta de compensação ambiental por intervenção em APP prevista nos incisos I e II do art. 75 deverá ser obrigatoriamente acompanhada de:

I – Projeto Técnico de Reconstituição da Flora elaborado por profissional habilitado com ART, conforme termo de referência a ser disponibilizado pelo requerente;

(...)

Desta forma, tem-se que a proposta da medida compensatória devida em razão das intervenções a serem realizadas em APPs, está em consonância com o inciso I, do art. 75 do Decreto Estadual nº 47.749/19, por se tratar de **recuperação de APPs** situadas na própria propriedade intervinda, conforme informado no PUP, item 8, pg. 23 (Doc. 20210223510). O empreendimento e na mesma sub-bacia do Rio Sapucaí (GD5).

A gestora do processo, técnica vistoriante, aprovou o PTRF e a medida compensatória quanto aos seus critérios técnicos.

6.3 Das Competências Analítica e Autorizativa

No que tange à análise e autorização para a intervenção ambiental requerida, o Decreto Estadual nº 47.892/20, que estabelece o regulamento do Instituto Estadual do Meio Ambiente, preceitua que a competência referente aos processos de intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio, com decisão do Supervisor Regional, do IEF, conforme dispositivos transcritos a seguir:

Art. 38 – As unidades regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à preservação da flora e da fauna silvestre e ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes em respectiva área de abrangência, com atribuições de:

(...)

II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao armazenamento;

(...)

Parágrafo único – Compete ao Supervisor regional do IEF, na sua área de abrangência:

I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção ambiental reconhecidas pelo IEF;

(...)

Posto isso, a Analista Ambiental Vistoriante, gestora do processo, foi favorável ao pedido, aprovou os estudos técnicos apresentados, inclusive o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora, e as compensações ambientais pelas intervenções, constatou a ausência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto e indicou medidas mitigadoras.

6.4 Da Conclusão Jurídica

Face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à autorização.

A competência para a autorização é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.892/20.

No DAIA deverão constar as medidas mitigadoras e compensatórias.

Deverá ser recolhida a Reposição Florestal antes da entrega do DAIA.

Conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 47.749/2019, o prazo de validade do DAIA deverá ser coincidente com o prazo da Licença Ambiental emitida pela SUPRA.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento de intervenção em área de preservação permanente de 0,4284 ha e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (8 un), para construção de um acesso para 08 indivíduos arbóreos isolados, com a finalidade de implantação de loteamento de propriedade de VECCON POUSO ALEGRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, em Aracaju/MG.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Foi apresentada como medida compensatória a recomposição de uma área de 0,6175 ha considerada área de preservação permanente de do córrego S/D, na meioria do Rio Cervo que por sua vez é afluente do Rio Sapucaí. O PTRF será executado em 4 glebas na área de preservação permanente, sob coordenadas E=401.483 e N=7.545.479 (gleba 2 - 0,2422 ha), E=401.592 e N=7.545.523 (gleba 3 - 0,1004 ha) e E=401.656 e N=7.545.643 (gleba 4 - 0,0918 ha) - UTM, Datum SIRGAS 2000 e Zonas de conservação de espécies nativas da região, no espaçamento 3,0 x 3,0, descritas no Projeto Técnico de Reconstituição de Flora – PTRF de responsabilidade de Marlúcio Carvalho Martins, sob o nº de Obra ou Serviço nº. MG 20210223510. O local da compensação está em acordo com a legislação vigente.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
 (.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
 (.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição das Condicionantes	Prazo
1	Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e número de mudas plantados, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF for diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART”.	Dezembro de 2021
2	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico verificando a situação do plantio. Informar quais as medidas silviculturais adotadas no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente até três anos após o plantio das mudas.
3	Manuseio adequado de óleos e graxas, com manutenção de equipamentos e medidas necessárias visando ausência de poluição ambiental do solo, da água e sonora.	Durante a implantação do empreendimento e enquanto durar as atividades.
4	Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.	Durante a implantação do empreendimento e enquanto durar as atividades.
5	Adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade.	Durante a implantação do empreendimento e enquanto durar as atividades.
6	Reabilitação total da área do empreendimento e recomposição paisagística.	Após término das atividades

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Valdene de Alvarenga Sousa**
 MASP: 598681-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Ronaldo Carvalho de Figueiredo**
 MASP: 970508-8



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Coordenador**, em 24/05/2021, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdene Alvarenga de Sousa, Servidora**, em 24/05/2021, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29824944** e o código CRC **C1019E26**.